

| 773 | EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO HABITACIONAL NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: ENTIDADES, ATORES E ARTICULAÇÕES

Clarissa do Nascimento Friedrich

Resumo

Este trabalho pretende traçar um perfil das experiências autogestionárias de produção habitacional na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), entre os anos de 2005 e 2011. Através de dados obtidos com o Ministério das Cidades, em relação aos empreendimentos contratados pelos programas federais de financiamento habitacional direcionados para autogestão (Crédito Solidário e Minha Casa, Minha Vida – Entidades), pode-se ter conhecimento do número de entidades existentes na região, bem como informações sobre as mesmas. A região em questão, juntamente com a Região Metropolitana de Porto Alegre, concentra todos os empreendimentos contratados pelos já referidos programas de financiamento no Estado do RS. Neste sentido, este trabalho se propôs a investigar e traçar o perfil destas experiências, detalhando suas características – se associações, cooperativas ou sindicatos –, formas e áreas de atuação. Com efeito, o que se pretendeu foi conhecer as entidades proponentes, com o objetivo de verificar como elas vêm conseguindo se articular, mesmo localizadas em cidades pequenas, isto é, longe dos grandes centros, mas onde o ideário da cooperação existe de forma bastante forte. Enfim, o que será apresentado neste trabalho são apontamentos de uma pesquisa ainda em andamento, mas que já trazem informações bastante relevantes sobre a autogestão no Estado do RS no contexto atual.

Palavras-chave: habitação; autogestão; Estado.

Introdução

Quando se faz uma análise histórica do processo de industrialização no Brasil, notadamente a partir da década de 1930, observa-se que o baixo poder econômico dos trabalhadores urbanos se constituiu em um entrave à produção capitalista da moradia. Com isso, o problema da falta de habitações populares, em um cenário de acelerado crescimento urbano, intensificou-se. Neste contexto, o Estado começou a acenar com uma política de habitação social, setor que, até então, era gerido somente pela iniciativa privada.

Os programas habitacionais no Brasil voltados para populações de baixa renda tiveram como marco inicial a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), ainda na década de 1930, e a Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, durante o governo de Getúlio Vargas. Ao longo de sua trajetória, a FCP percebeu, devido a limitações em seu modelo, que a dependência aos recursos orçamentários, a rápida depreciação das aplicações realizadas e a sua estrutura institucional eram barreiras à execução dos objetivos da política habitacional (AZEVEDO, 1981, p. 40). Assim, em 1953, ocorreu a primeira tentativa de

criação de um banco hipotecário¹, o que só veio a se consolidar efetivamente em 1964, após o golpe civil-militar, com a extinção da FCP e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que desde o seu surgimento estabeleceu regras de registro, funcionamento e controle fiscal de cooperativas habitacionais.

Porém, segundo Marta Arretche (1990, p. 25), constituiu-se no Brasil, sob a gestão do BNH, um padrão de intervenção estatal no setor habitacional, caracterizado pela presença de mercados habitacionais segmentados. De um lado, um mercado voltado à provisão de moradias para setores de classe média e alta e, de outro, para os setores de baixa renda. Contudo, embora operados por agentes distintos, tais mercados foram geridos pela mesma lógica de operação: a lógica da empresa privada. O financiamento era viável apenas para famílias cuja renda mensal lhes permitisse se constituir em sujeitos de crédito bancário. Deste modo, o modelo adotado era ao mesmo tempo estatal e privatista, privilegiando apenas uma parcela da população com renda suficiente para ter acesso ao financiamento. Neste sentido, nem o mercado privado nem o Estado cumpriam sua parte no tocante a resolução do problema da moradia, tendo a população de mais baixa renda, por si só, que encontrar meios para a obtenção de suas casas, a chamada autoconstrução. Com a extinção do BNH em 1987, suas atribuições e responsabilidades na condução da política habitacional foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF).

Nos anos 1980, ocorreu uma série de discussões sobre temas vinculados à estratégia de formulação e implementação de programas habitacionais populares. Neste contexto, nasceram os movimentos de moradia, com o objetivo de reivindicar a casa própria, trazendo propostas consideradas progressistas, como a da autogestão (Bonduki, 1992, p. 150). Todavia, um dos maiores obstáculos para a formação de entidades de autogestão era a sua constituição jurídica – sob a forma de cooperativa autônoma, ou seja, desvinculada do poder público e sem o suporte institucional do Estado. Vários autores, como Licia Valadares (1980), Nabil Bonduki (1992), Ermínia Maricato (1979, 2001) e Fernanda Moreira (2009), apontam para o fato de que a grande limitação para o desenvolvimento de projetos habitacionais autogeridos no Brasil, nesta época, eram, entre outros, a falta de uma legislação

¹ A ideia se justificava pela debilidade financeira da FCP, da necessidade de garantir recursos próprios e das dificuldades de levantar, através de impostos e taxas, os recursos para suprir o órgão.

e de estímulos por parte do governo, incentivo este que ocorreu no Uruguai com a *Lei Uruguia Nacional de Viviendas* de 1968².

No entanto, em 2004, o governo federal, através do Ministério das Cidades, criou o “Programa Crédito Solidário” (PCS), linha de financiamento com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), operado pela CEF. O programa mencionado foi formulado com o objetivo principal de atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda, por intermédio da concessão de financiamentos aos beneficiários finais, organizados em cooperativas habitacionais e associações comunitárias, incentivando a participação com o poder público local. Atualmente, o “Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades” (PMCMV-E) é a nova versão do PCS. Iniciado em 2009, o PMCMV-E se destina a financiar exclusivamente empreendimentos habitacionais autogestionários para famílias com renda de até três salários mínimos, tornando-se o principal programa habitacional voltado para a autogestão em âmbito federal (Ferreira, 2012, p.12).

Muitas experiências então surgiram no país a partir desse maior fomento, contudo, ao analisarmos os dados do Ministério das Cidades o que notamos é que algumas regiões do Brasil concentram um número mais expressivo delas³. É o caso do estado do RS. No total, segundo os dados, de 2005 a 2011, foram contratados 121 empreendimentos, somados os dois programas de financiamento. Quando nos detemos à análise destes empreendimentos podemos notar que os mesmos localizam-se massivamente em duas regiões do RS: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a região Noroeste do estado.

Com relação à RMPA, alguns estudos, como o de Genoveva Fruet (2004) e Julia Wartchow (2012), já abordaram as cooperativas habitacionais de Porto Alegre e região metropolitana, por ter a cidade um histórico bastante interessante desde a implementação do Orçamento Participativo, em fins da década de 1980, e da postura facilitadora de sua

² Ver em: NAHOUM, B. *Uma historia com quince mil protagonistas: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Intendencia Municipal de Montevideo, Division Espacios Públicos, Agencia Española de Cooperativas para el Desarrollo; Montevideo-Uruguay, 2008.

³ Os dados do PCS referem-se ao período de junho de 2005 a agosto de 2011, e os do PMCMV-E ao período que vai do lançamento do programa a julho de 2011. Estas informações foram levantadas junto à Secretaria Nacional de Habitação (SNH), do Ministério das Cidades, através do projeto do Observatório das Metrôpoles: “O associativismo produtivo na periferia das metrôpoles brasileiras: práticas e representações dos movimentos sociais de moradia”.

prefeitura quanto à formação de cooperativas autogestionárias de habitação⁴. Por sua vez, trabalhos como o de Felipe Drago (2011) focam o campo de relação atual destas entidades da sociedade civil organizada, ligadas a movimentos sociais, com o Estado. Porém, em relação aos demais empreendimentos, localizados na região Noroeste do estado, ainda não existem estudos que os tenha analisado.

Neste sentido, este trabalho se propôs a investigar e traçar o perfil destas experiências com empreendimentos contratados pelos programas federais de financiamento entre os anos de 2005 a 2011. A pretensão foi caracterizar as entidades responsáveis pelas contratações, quais sejam, os agentes proponentes do financiamento frente à CEF na região Noroeste do RS, descrevendo suas áreas de atuação e algumas particularidades decorrentes da região.

Do crédito solidário ao minha casa, minha vida – entidades

A trajetória da política habitacional no Brasil foi e tem sido marcada por mudanças na composição e no modelo de intervenção do Estado. Intervenção esta que vem sendo nitidamente maior a partir de 2003, a partir do governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades, que passou a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela política setorial de habitação. Neste cenário, em 2004, foi criado o Programa Crédito Solidário (PCS), linha de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que incorpora além dos subsídios já praticados, a Conta Garantia. Esta última fornece o aval para possibilitar o acesso ao crédito a um maior contingente do segmento de baixa renda, organizado por meio de cooperativas habitacionais e associações comunitárias, incentivando a parceria com o setor público local.

Além disso, foi formatado o programa de Habitação Rural, articulando recursos de diversas fontes, buscando assim atender aos segmentos vinculados à agricultura familiar. Com isso, as organizações sindicais de trabalhadores rurais e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) passaram a participar como proponentes e gestoras de projetos no âmbito de diversos programas, como o Programa de Subsídio Habitacional (PSH), onde, inclusive, abriu-se espaço para que as Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar participem como agentes financeiros no PCS.

⁴ Conforme Fruet (2004, p. 23), este cenário resultou de um esforço conjunto do governo municipal e da sociedade civil organizada, principalmente dos movimentos de luta por moradia, sindicatos e associações comunitárias.

Iniciado em 2009, o PMCMV-E se destina a financiar, como já mencionado, exclusivamente empreendimentos habitacionais autogestionários para famílias com renda de até três salários mínimos, criando uma modalidade específica para as associações e cooperativas habitacionais autogestionárias, tornando-se o principal programa habitacional voltado para a autogestão em âmbito federal. De acordo com Julia Wartchow (2012, p. 45), existem grandes diferenças entre as conjunturas político-econômicas dos dois programas (PCS e MCMV-E), havendo na época de lançamento do PCS escassez de recursos destinados à produção de habitações para baixa renda, o que ocasionava empreendimentos precários. Cenário bastante diferente do encontrado na fase de implementação do MCMV-E, que encontrou um mercado de construção civil já aquecido em decorrência das medidas anticíclicas tomadas pelo governo federal.

Com relação aos programas de financiamento, para serem proponentes, as entidades privadas sem fins lucrativos devem estar legalmente constituídas por no mínimo três anos⁵. Além disso, seus estatutos sociais devem contemplar aos associados a provisão habitacional, a atuação como prestadora de serviços de assistência técnica ou como agente promotora de habitação de interesse social e a produção ou melhoria habitacional.

Autogestão habitacional no rs

Ao analisarmos as informações do Ministério das Cidades quanto ao número de empreendimentos contratados no país a partir de 2005, notamos que o RS está entre os estados com maior número de contratações. No total, segundo os dados, de 2005 a 2011, 341 empreendimentos foram contratados pelo PCS no país, sendo que destes 163 foram na Região Sul, ficando o RS com 107 - ou aproximadamente 31% do total das contratações. Quanto ao PMCMV-E, de dezembro de 2009 a julho de 2011, foram 82 empreendimentos contratados, sendo que dos 15 pertencentes à região Sul, 14 se localizam no RS (algo em torno de 17% do total). Os mapas abaixo ilustram melhor este cenário:

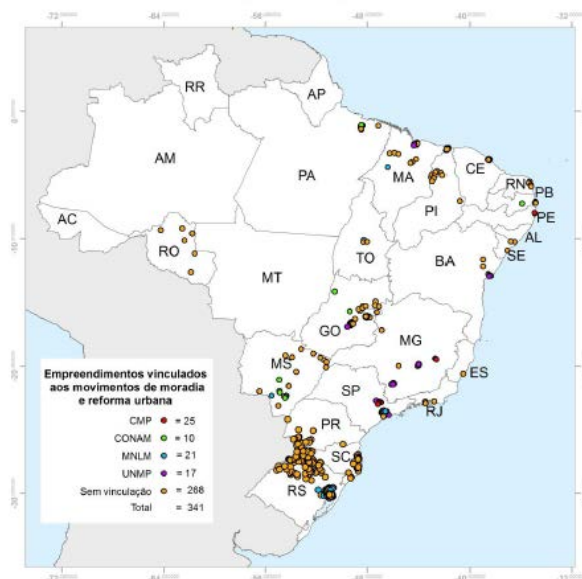
Mapa 1: Empreendimentos contratados pelo PCS, segundo sua vinculação com os

Mapa 2: Empreendimentos contratados pelo MCMV-E, segundo sua vinculação com os

⁵ Até a data de publicação da Normativa: PORTARIA Nº 618, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (Publicada no DOU, em 16/12/2010 - seção 1, p. 78). Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/PORTARIA_618_ENTIDADES_INSS_VERSAO_PUBLICADA.pdf> Acesso em 14 de nov. de 2012.

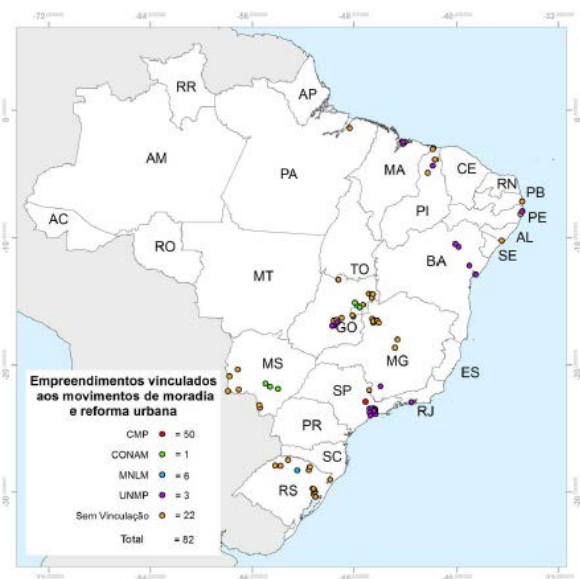
movimentos de moradia e reforma urbana.

Período: jun/2005 a ago/2011



movimentos de moradia e reforma urbana.

Período: dez/2009 a jul/2011



Elaboração: Allan Pêsoa. Fonte: Ministério das Cidades 2011 e Coordenações Nacionais CMP, CONAM, MNLM e UNMP.

Como é possível observar a partir da análise dos Mapas 1 e 2, verificou-se que os empreendimentos se localizam predominantemente em apenas duas regiões, como já foi dito: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a região Noroeste do estado. Cabe ressaltar que os números referidos dizem respeito aos empreendimentos contratados, isto é, os projetos aprovados para receber o financiamento. O que nosso estudo tem como objetivo, no entanto, é analisar as entidades responsáveis pela contratação, ou seja, as entidades proponentes frente à CEF. Nos dados, muitas entidades aparecem como proponentes de mais de um empreendimento; da mesma forma, como um projeto pode ser dividido em várias etapas, às vezes uma mesma entidade pode aparecer como proponente em todas estas fases⁶.

Neste sentido, através da análise dos empreendimentos contratados, foram mapeadas as entidades presentes na Região Noroeste, bem como identificadas suas

⁶ Por exemplo, um determinado empreendimento pode ter seu envio de financiamento para fases distintas, como compra de terreno, construção de um número de unidades, e, posteriormente ou simultaneamente, pedir o número restante de unidades. Dividindo assim o empreendimento em etapas ou módulos.

características principais – se ligadas a movimento de moradia, sindicatos, associações, cooperativas –, localização e áreas de atuação, traçando assim um perfil das mesmas. Informações complementares quanto às entidades foram buscadas em sítios eletrônicos veiculadores de notícias e nos seus (das entidades) próprios sítios institucionais.

Região Noroeste do Rio Grande do Sul

A mesorregião⁷ Noroeste do RS é formada por 13 microrregiões, e foi a última região do Estado do RS a ter suas terras ocupadas. Na década de 1940, todo este território já estava povoado, ou, pelo menos, sem a existência de terras devolutas, sendo que o processo de ocupação foi objeto da mobilização de um amplo conjunto de agentes por um longo período de tempo (Governos, Nacional e Provinciais, no período imperial e, na Primeira República, governos municipais e companhias colonizadoras privadas, e vários grupos étnicos de povoamento alemão, italiano, luso-brasileiro, etc.). A característica marcante desse processo no que tange à propriedade fundiária e à estrutura da produção agrícola se encontra no fato de que a colonização privilegiava a (e alimentava a reprodução no território da) pequena propriedade, explorada diretamente pelo colono e sua família através de uma produção agrícola diversificada (Bernardes [1997] apud ALVES e PAIVA, 2011, p. 132).

No RS pré-1930 inexistiam bancos fora dos centros econômicos. Por isso, nas colônias atuavam comerciantes e correspondentes bancários que sujeitavam os imigrantes à prática da usura. Segundo o historiador Mário Maestri (2000), o projeto colonial se auto-ordenou a partir de formas de organização social e econômica, como o cooperativismo de crédito que, capitalizando coletivamente as pequenas economias coloniais, interferiu na vida pública destas comunidades, financiando a produção e a mercantilização necessária para o sucesso da colônia, defendendo os interesses dos colonos associados e até executando obras de infraestrutura.

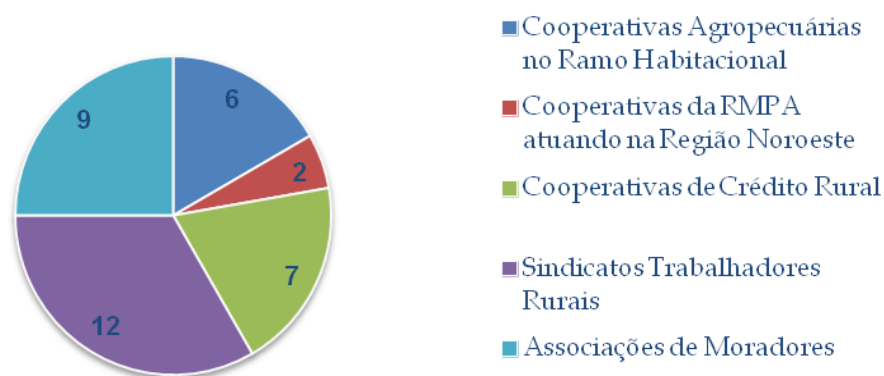
Atualmente a economia do Noroeste do RS é baseada na produção agropecuária, sendo as cooperativas e a organização associativa grandes contribuidoras do desenvolvimento da região. É importante salientar que existe significativa presença de cooperativas, em praticamente todos os ramos do cooperativismo, além do agropecuário. Para Pedro Büttendörfer (2008, p. 36), os desafios enfrentados pela

⁷ Mesorregião é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

região Noroeste ao longo de sua trajetória histórica fizeram com que se forjasse uma população com capital social, e um quadro diferenciado de lideranças capazes de encontrar alternativas diante dos mais graves problemas que necessitem enfrentar. O fortalecimento das cadeias produtivas e a geração de oportunidades de trabalho e renda, por intermédio do cooperativismo, foram fundamentos priorizados para o desenvolvimento regional, conforme Büttenbender.

A princípio, pretendemos neste trabalho realizar o mapeamento das entidades autogestoras de empreendimentos habitacionais, no entanto, ao analisarmos os dados, o que encontramos foi uma forte relação entre essas entidades e o cooperativismo de produção agropecuária presente na região.

Gráfico 1: Perfil das Entidades de Autogestão Habitacional da Região Noroeste - RS



Fonte: Elaborado pela autora.

Das 36 entidades existentes, como pode ser visto através do Gráfico 1, a maior parte é de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as quais se caracterizam também por atuarem apenas em sua cidade de origem. O motivo para essa limitação na área de atuação pode estar na sua constituição jurídica, já que segundo a legislação a área de abrangência do sindicato de trabalhadores rurais deve ser delimitada, no mínimo, ao seu município⁸.

⁸ Segundo o Art.8º da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 a base territorial dos Sindicatos deve ser definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. Com isso, o sindicato poderá ter sua atuação somente nesta área definida. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em 02 de nov. de 2012.

Já as Cooperativas de Crédito Rural têm uma área de abrangência maior, sendo proponentes de empreendimentos em mais de uma cidade. Outro fator importante com relação às Cooperativas de Crédito Rural é sua atuação em rede. Podemos notar, por exemplo, que as originárias da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos - CREHNOR têm uma procedência comum, porém possuem sedes operacionais em diferentes cidades, assim como possuem denominações complementares dependendo da região ou município onde operam (Crehnor Nordeste, Crehnor Ibiraiaras, Crehnor Ijuí, Crehnor Sarandi, etc.).

Grande parte das cidades da região Noroeste, onde estão localizados os empreendimentos, são de pequeno porte e com uma economia voltada essencialmente para a produção agropecuária, o que é corroborado pelo fato de um grande número de entidades proponentes estarem ligadas a Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Como dito anteriormente, o PCS foi formulado para atender também a demanda por moradias de áreas rurais e, com isso, as cooperativas e sindicatos da região começaram a acessar os recursos do programa. É claro que as cidades do Noroeste gaúcho têm características que as fazem mais rurais do que urbanas, no entanto, a pequena quantidade de recursos que estes municípios recebem impossibilita investimentos em habitação.

Por muito tempo os programas de financiamento eram destinados aos trabalhadores assalariados urbanos, com os agricultores familiares não possuindo atributos necessários para acessar os agentes financeiros. Quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos três Estados do Sul (Fetraf Sul) começou a reivindicar a necessidade de haver financiamento habitacional para o meio rural em sua pauta de demandas, o projeto parecia quase impossível. A Fetraf Sul conseguiu junto ao governo, a partir de algumas adaptações, que o financiamento habitacional pudesse chegar também ao meio rural, inaugurando uma nova fase, em que a chance de morar numa casa melhor e mais confortável passou a ser possível.

Como nunca havia existido um programa de financiamento habitacional para o meio rural, a necessidade calculada era muito grande. Os mutirões da agricultura familiar, que se mostravam como uma oportunidade de diálogo direto da Federação com os agricultores demonstrou que só nos três estados do Sul havia a necessidade de construir ou reformar 30 mil casas. Os agricultores que tradicionalmente tinham acesso a linhas de crédito para construir galpões, chiqueiros, investir na atividade leiteira e em pastagens, continuavam

morando em casas precárias. Milhares de famílias viviam em domicílios sem conforto, sem banheiro, e que chegavam a oferecer riscos. Por isso, logo que surgiram os primeiros programas de financiamento, os Sindicatos da Agricultura Familiar registraram uma grande procura de famílias interessadas em se habilitar.

No entanto, na região Noroeste existem também empreendimentos contratados através da autogestão, em cidades médias e mais urbanizadas, como Passo Fundo, Cruz Alta e Santa Rosa. Em Passo Fundo as entidades responsáveis pela produção de habitações autogeridas são originárias de associações de moradores, sendo uma delas, inclusive, oriunda da RMPA, onde também atua como proponente. O mesmo ocorre em Cruz Alta, onde outra cooperativa da RMPA é a proponente de um empreendimento. Tudo indica que isso se deve a ligação destas cooperativas com movimentos de luta por moradia, pois tanto a Cooperativa Habitacional Bom Fim de São Leopoldo, atuante em Passo Fundo, como a Cooperativa Habitacional Giuseppe Garibaldi (COHAGIG) de Viamão, atuante em Cruz Alta, possuem vinculação com estes.

Portanto, é notável a existência de uma rede de articulação muito forte na região, seja através de estruturas já existentes antes da mobilização habitacional, como por exemplo as cooperativas originalmente formadas para o acesso ao Crédito Agrícola e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, seja pela ação dos movimentos de moradia. É claro que aqui não podemos responder sobre esses processos de articulação de forma precisa, pois isso exigiria um estudo empírico profundo, abrangendo todos os agentes pertencentes ao processo – entidades, futuros moradores e Poder Público em suas três esferas – a ser realizado quando da continuidade da pesquisa. No entanto, pode-se desde já supor que a postura dos órgãos de financiamento em seu nível mais operacional (CEF), perante o público alvo dos programas, mostra-se facilitadora. Esta hipótese se legitima se observarmos que o simples conhecimento da existência destes projetos em cidades pequenas, rurais e muitas vezes longe dos centros urbanos, bem como de suas exigências em termos burocráticos, já demonstra que existe uma abertura por parte do agente responsável pelo acesso aos programas, o qual parece não se mostrar como um obstáculo.

Como mencionado anteriormente, aqui não nos importou a apreciação dos empreendimentos contratados, porém alguns deles trazem em seu histórico e características informações relevantes para que se tenha uma maior compreensão do processo de articulação e organização das entidades na região Noroeste do RS. Para tanto, iremos nos deter na apresentação mais pormenorizada de dois casos, com origem e particularidades

distintas, um oriundo de uma pequena associação de moradores na cidade de Passo Fundo, e outro de uma Cooperativa Habitacional de Agricultores Familiares com atuação bastante abrangente, ultrapassando, até mesmo, as fronteiras do estado.

Grupo de Mulheres Unidos Venceremos

Em 1999, em Passo Fundo, o Loteamento Leonardo Ilha ainda estava em fase de desenvolvimento. Distante do centro da cidade e das principais indústrias, muitas mães moradoras do loteamento não podiam trabalhar porque não tinham com quem deixar seus filhos, já que a creche mais próxima disponibilizada pela prefeitura era ainda muito distante. Vendo essa situação, uma moradora, Joselina dos Santos de Almeida Garzão, a “Tia Negra”, resolveu mobilizar as demais mulheres e iniciou a formação de um grupo: o Grupo de Mulheres Unidas Venceremos.

A partir disso foi criada a Creche Comunitária da Tia Negra, fundada em 1999, em uma casa alugada, na Rua 1º de Abril, no Loteamento Leonardo Ilha. O aluguel, em torno de R\$ 100, era um valor alto para quem não tinha as melhores condições em abrigar as crianças. Nos primeiros dias, a creche chegou a ter 70 crianças, e todos os moradores ajudavam com cobertores, panelas e alimentos. Através de doações, a Creche Comunitária do Leonardo Ilha ganhou um novo local, no mesmo loteamento, e se transformou em um Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Depois da concretização da creche, outros projetos, ligados desde a educação até a habitação, foram realizados pelo grupo, sempre visando à inclusão social, cultural e econômica da população.

A iniciativa na área habitacional, coordenada pelo Grupo, teve início em 2006, quando, através do Crédito Solidário do Governo Federal, foram construídas 20 novas moradias e outras 20 foram reformadas. Em depoimento dado, Joselina Garzão, coordenadora do grupo, fala sobre os projetos:

Estes projetos foram um sucesso. Conseguimos manter as prestações [em] dia, e estabelecemos uma boa relação com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal. A partir disto, fomos chamados para participar do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades e deu tudo certo. Levou dois anos para que isto fosse

concretizado, mas agora estamos dando um grande passo para que estas casas saiam do papel⁹.

Após esse primeiro contrato com o PCS, atualmente o Grupo é proponente, através do MCMV-E, dos empreendimentos Cannãa I e II. Já foi assinada a compra do terreno no loteamento Leonardo Ilha, onde vão ser construídas 210 moradias. O valor do contrato prevê também obras de infraestrutura no local. Quanto aos inscritos, cerca de 70% são jovens mulheres chefes de famílias. A entidade atualmente recebe acessória de um grupo de pesquisa do curso de Arquitetura e Urbanismo da IMED, localizado em Passo Fundo. Através dessa parceria estão sendo conhecidas as necessidades de cada família para futuros investimentos na área a ser construída. Como não é possível executar alterações nos projetos já aprovados para a construção das casas, o objetivo é desenvolver alternativas arquitetônicas que tornem possível a ampliação do plano inicial das residências, bem como projetos a serem executados pela comunidade como praças, escolas e posto de saúde.

Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul - Cooperhaf Sul

Devido a uma grande demanda por moradias nas áreas rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos três Estados do Sul (Fetraf Sul), percebeu que os programas de financiamento habitacional, conseguidos junto ao governo, necessitavam de um sistema organizativo para chegar a todos os municípios. Foi então fundada em 11 de outubro de 2001, no município de Sarandi (RS), a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul - Cooperhaf Sul, que mais tarde se expandiu pelo Brasil, sendo classificada apenas como Cooperhaf.

A Cooperhaf além de proporcionar acesso à moradia aos agricultores, também executa projetos de habitação para pescadores, indígenas e, a partir de 2009, iniciou um grande projeto de habitação destinado a trabalhadores da área urbana dos três Estados do Sul. O primeiro projeto foi o “Caprichando a Morada”, que prevê a construção, reforma ou ampliação de moradias no meio rural e engloba uma série de ações junto aos agricultores familiares beneficiários dos programas de habitação. Através do “Caprichando a Morada”, a

⁹ Fonte: entrevista dada a OnImóveis, em 01/03/2012. Disponível em: <<http://www.onimoveis.com.br/informativos/index.php?acao=ver&cat=4&id=51>> Acesso em 02 de nov. de 2012.

Cooperhaf já construiu e reformou em 12 estados brasileiros cerca de 20 mil moradias e outras 12 mil estão em andamento¹⁰. O programa tem como objetivo o assessoramento, planejamento, construção e reforma de habitações. A cooperativa faz a intermediação da compra de materiais de construção, fiscalização e implementação dos projetos, e fomenta o associativismo, através da construção das casas em mutirões. Também incentiva processos de formação e capacitação dos cooperados, buscando alternativas para permanência destes no campo, funcionando como um instrumento de apoio ao acesso dos agricultores às políticas de habitação rural. Por fim, a Cooperhaf procede o acompanhamento até um mês após a obra concluída, possuindo para isso uma rede de colaboradores locais, cedidos pelos sindicatos, que são capacitados periodicamente para a operacionalização dos programas.

A cooperativa também possui projetos sociais que incluem desde questões de meio ambiente e gestão da propriedade à promoção de debates sobre relações de gênero, família, jovens, idosos e sociedade. Promove projetos de hortas, pomar e jardim, tentando tornar a propriedade autossustentável para seus moradores, buscando alternativas de produção e geração de renda.

Além do programa de habitação rural, a Cooperhaf possui um programa de habitação urbana, o “Bem Morar”. A cooperativa atua em parceria com prefeituras municipais, diversos sindicatos, cooperativas de crédito, e outras entidades e empresas, trabalhando com loteamentos cooperativos e com convênios. Como entidade organizadora, ela negocia os recursos, disponibiliza o sistema de informática para cadastro das famílias interessadas, elabora os projetos técnicos de engenharia e social, e os encaminha junto aos agentes financeiros. Faz o acompanhamento e gestão da execução das obras, e como no programa rural, promove a capacitação das entidades conveniadas. A Cooperhaf atua como entidade proponente nos programas PCS e MCMV-E nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Considerações finais

¹⁰ Informações disponíveis em: < <http://www.cooperhaf.org.br/site/#/> > Acesso em 08 de nov. de 2012.

Na análise do histórico da prática de autogestão no Brasil, dois agentes se mostram como de fundamental importância: as entidades autogestoras, responsáveis pela organização das pessoas carentes de melhores condições de moradia, e o Estado, como apoiador e financiador da prática através de suas políticas. Impossível não notar que um depende intrinsecamente do outro para a concretização dos projetos. Quando a autogestão surgiu no país como uma alternativa frente ao cenário de difícil acesso ao mercado privado, muitas experiências não lograram êxito pelo fato de não encontrarem um Estado facilitador. Esse panorama mudou, a nível federal, a partir da criação do PCS, em 2005.

Atualmente, o Estado é bem mais presente, e fornece as condições financeiras para que práticas de autogestão se desenvolvam, no entanto, certas regiões possuem um número maior de experiências em comparativo com outras. Já que os meios de acesso ao crédito são os mesmos para todo o país, torna-se necessário responder o porquê da concentração, em determinados locais, de empreendimentos. É neste contexto que este estudo pretendeu ser relevante, objetando os motivos pelo qual o RS, ou melhor, a Região Noroeste do estado, possui um número grande de experiências. Para fins de diagnóstico, partiu-se do pressuposto de que a resposta poderia estar nas entidades.

Para tanto, a análise das informações a respeito dos empreendimentos contratados foi de extrema importância, dando condições para o levantamento do perfil das entidades proponentes. Quanto ao perfil, verificou-se que, na região em estudo as redes de colaboração aparecem como principais responsáveis pela concretização dos projetos. É claro que existem experiências pontuais, sem vinculação com movimentos de moradia ou demais entidades, porém, estas se localizam em uma só cidade, e, em muitos casos, são responsáveis por um só empreendimento. O que não acontece com as articuladas com movimentos de moradia oriundos da RMPA e com as cooperativas e sindicatos rurais, as quais formam, cada qual com suas particularidades, uma rede de atuação forte e expandida para além de seus municípios de origem.

Deste modo, conhecer mais profundamente essas entidades, compreender as motivações que movem seus atores, sua dinâmica interna, assim como a rede de articulações que estabelecem com outras estruturas políticas, pode ser útil na formulação de estratégias para romper entraves à existência de experiências em outras regiões do Brasil, devendo merecer a atenção de trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

Alves, Lucir R; Paiva, Carlos A.N. 2011. Determinantes do dinamismo setorial da Mesorregião Noroeste Rio-Grandense no Período de 1970 a 2000. In: ALVIM, Augusto M. et al (Orgs). Os desafios do desenvolvimento: tendências e perspectivas para a economia gaúcha. Porto Alegre, Edipucrs.

Arretche, Marta S. 1990. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. In: Espaço e Debates, São Paulo, v.10 , n. 31, pp. 21-36.

Azevedo, Sérgio; Andrade, Luis. 1981 A. G. Habitação e Poder, da Fundação Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro, Zahar.

Bonduki, Nabil. G. 1992. Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase.

Büttenbender, Pedro L. 2008. Estratégias, Inovação e Aprendizagem Organizacional Cooperação e gestão de competências para o desenvolvimento. Ijuí RS: Editora UNIJUI.

Drago, Felipe. 2011. Autogestão na produção habitacional: Programa Crédito Solidário, entre a institucionalização e o confronto político. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre.

Ferreira, Regina. F. C. F. 2012. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf> Acesso em 11 de out. de 2012.

Fruet, Genoveva M. 2012. As cooperativas habitacionais de Porto Alegre: parceria, realizações e desafios. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 21-36, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/3514-12034-1-pb.pdf>>. Acesso em 10 ago. de 2012.

Maestri, Mário. 2000. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914. Passo Fundo: UPF.

Moreira, Fernanda A. 2009. O lugar da autogestão no governo Lula. 2009. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maricato, Erminia. 1997. Habitação e Cidade. São Paulo: Atual.

_____. 2001. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes.

Valadares, Licia (org.). 1980. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar.

Wartchow, Julia. 2012. A autogestão da produção habitacional como alternativa de acesso à moradia. A experiência da cooperativa dos correios na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre.

Sites consultados

http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/PORTARIA_618_ENTIDADES_INSS_VERSAO_PUBLICADA.pdf

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf

<http://www.onimoveis.com.br/informativos/index.php?acao=ver&cat=4&id=5>

1

<http://www.cooperhaf.org.br/site/#/>